

**Declaração de rectificação n.º 3084/2009**

Para os devidos efeitos, torna-se público que na deliberação n.º 2257/2009, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 146, de 30 de Julho de 2009, deverá ser rectificado o parágrafo:

«Com base neste pressuposto, a Câmara delibera aprovar o projecto de execução e abertura do procedimento para a realização da empreitada — adaptação de salas para instalação de bibliotecas escolares — Escola EB1/JI de Loures e Escola EB1/JI de Vale de Figueira:»

para:

«Com base neste pressuposto, a Câmara delibera aprovar a abertura do procedimento para a prestação de serviços de Adaptação de Salas para Instalação de Bibliotecas Escolares — Escola EB1/JI de Loures e Escola EB1/JI de Vale de Figueira através do fornecimento e montagem de diversos elementos.»

17 de Dezembro de 2009. — Por delegação de competências do Presidente da Câmara, o Vice-Presidente, *João Pedro Domingues*.

302704496

**Deliberação n.º 3381/2009**

Para os devidos efeitos torna-se público que, esta Câmara Municipal, em sua reunião ordinária de 09/12/2009, deliberou assumir a Modernização do Parque Escolar como eixo prioritário de investimento Municipal nos termos do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 34/2009, de 6 de Fevereiro;

Com base neste pressuposto, a Câmara delibera aprovar o projecto de execução e Abertura do procedimento para a realização da empreitada — “Escola EB1/JI de A-dos-Cãos — Execução de Refeitório e Instalações de Apoio”;

Assim como:

Convite para consulta a 3 empresas da especialidade;  
Caderno de Encargos;  
Constituição do Júri;

nos termos da informação n.º 226/DCME/VR datada de 27/11/2009, prestada pela Divisão de Conservação e Manutenção de Equipamentos.

14 de Dezembro de 2009. — Por delegação de competências do Presidente da Câmara, o Vice-Presidente, *João Pedro Domingues*.

302686052

**MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESSES****Aviso (extracto) n.º 23177/2009**

Para os efeitos previstos no artigo 37.º, n.º 1, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, se torna público que por meu despacho de 14 de Dezembro findo foi renovado o contrato de trabalho a termo resolutivo certo, pelo período de um ano, com Sérgio Renato Aires Barbosa, Técnico Superior de Desporto com efeitos a 29 de Dezembro de 2009.

15 de Dezembro de 2009. — O Presidente da Câmara Municipal, *Manuel Moreira*.

302696356

**Aviso (extracto) n.º 23178/2009**

Para os efeitos previstos no art.º 37.º, n.º 1, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, se torna público que por meu despacho de 05 de Novembro findo foi efectuada a renovação do contrato de trabalho a termo resolutivo certo, pelo período de um ano, com Luís Carlos Saraiva Pereira de Lima, com funções de nadador salvador e com efeitos a 02 de Dezembro de 2009.

15 de Dezembro de 2009. — O Presidente da Câmara Municipal, *Manuel Moreira*.

302696242

**Aviso (extracto) n.º 23179/2009**

Para os efeitos previstos no art.º 37.º, n.º 1, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, se torna público que por meu despacho de 21 de Outubro findo foi efectuada a renovação dos contratos de trabalho a termo resolutivo certo, a tempo parcial, pelo período de um ano, com Maria Isaura da Silva Pinheiro e Maria José Sousa Mendes Silva, com funções de auxiliar dos serviços gerais e com efeitos a 20 de Novembro de 2009.

15 de Dezembro de 2009. — O Presidente da Câmara Municipal, *Manuel Moreira*.

302696291

**Aviso (extracto) n.º 23180/2009**

Para os efeitos previstos no art.º 37.º, n.º 1, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, se torna público que por meu despacho de 07 de Dezembro corrente foi efectuada a renovação dos contratos de trabalho a termo resolutivo certo, pelo período de um ano, com Sílvia Raquel Teixeira Monteiro e Cristina Isabel Couto Nunes Pereira, como Técnicas Superior de Psicologia e com efeitos a 10 de Janeiro de 2010.

15 de Dezembro de 2009. — O Presidente da Câmara Municipal, *Manuel Moreira*.

302695505

**MUNICÍPIO DE MIRANDA DO CORVO****Aviso n.º 23181/2009**

Fátima Ramos, presidente da Câmara Municipal de Miranda do Corvo, torna público, para os efeitos previstos no n.º 4 do artigo 148.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, que a Câmara Municipal de Miranda do Corvo deliberou por unanimidade, em reunião de câmara municipal de 6 de Agosto de 2009, aprovar o Plano de Pormenor da Zona Industrial de Vale de Marelo, submetendo-o à aprovação da Assembleia Municipal.

Em reunião da Assembleia Municipal de Miranda do Corvo, na sua sessão de 24 de Setembro de 2009, nos termos do n.º 1 do artigo 79.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, foi aprovado, por unanimidade, o Plano de Pormenor da Zona Industrial de Vale de Marelo.

Na elaboração deste Plano de Pormenor foram cumpridas todas as formalidades legais, designadamente quanto à emissão de pareceres no âmbito da conferência de serviços e à discussão pública que decorreu no cumprimento do disposto no artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro.

No cumprimento do n.º 3 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, refere-se que o Plano de Pormenor da Zona Industrial de Vale de Marelo altera as disposições do artigo 40.º da secção IV, relativo aos espaços agrícolas, e altera as disposições dos artigos 41.º e 42.º da secção V, relativos a espaços florestais, do Regulamento do Plano Director Municipal de Miranda do Corvo, procedendo também à alteração da sua planta de ordenamento.

Nos termos do definido no Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, e no definido no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, atendendo à sua natureza industrial, o Plano de Pormenor da Zona Industrial de Vale de Marelo foi submetido a avaliação ambiental estratégica.

Assim:

Nos termos da alínea d) do n.º 4 do artigo 148.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, para efeitos de eficácia, manda publicar a deliberação da Assembleia Municipal, na parte da aprovação do Plano, bem como o respectivo Regulamento, planta de implantação e planta de condicionantes.

16 de Dezembro de 2009. — A Presidente da Câmara, *Fátima Ramos*.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDA DO CORVO

Cópia de parte da minuta da acta da reunião de Assembleia Municipal, realizada em 24 de Setembro de 2009:

7 - Plano de Pormenor da Zona Industrial de Vale de Marelo (*deliberação camarária de 6 de Agosto de 2009*): presente informação da Técnica de Planeamento Regional e Urbano, Dr.ª Ana Patrícia Cortês que a seguir se transcreve: “Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre-me informar: / Foi publicado em *Diário da República*, n.º 111, 2.ª Série, de 09 de Junho de 2009, através do Aviso n.º 10748/2009, a abertura do período de discussão pública do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Vale de Marelo, pelo período

de 22 dias úteis, a contar do 5.º dia a seguir à data de publicação deste Aviso. / Em conformidade com a deliberação de Câmara Municipal do passado dia 21 de Maio de 2009 e nos termos da alínea d) do n.º 3 do Artigo 6.º, do n.º 8. do Artigo 77.º, e dos n.º 2 e n.º 3 do Artigo 149.º, do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 Fevereiro, no decorrer do período de discussão pública do plano de pormenor em referência (que decorreu entre 12 de Junho e 20 de Julho de 2009), não foram recebidas nesta Câmara Municipal reclamação, observação, sugestão ou pedido de esclarecimento apresentados por particulares. / Assim, no cumprimento do disposto no Artigo 77.º do mesmo diploma legal, esta Câmara Municipal deve divulgar através da comunicação social e da respectiva página da Internet os resultados da discussão pública, de acordo com o Aviso que se envia junto, e elabora a versão final da proposta do plano para aprovação. / O plano é aprovado pela Assembleia Municipal, em sessão pública, mediante proposta apresentada pela Câmara Municipal. / Com a aprovação do plano pela Assembleia Municipal a fase de elaboração encontra-se concluída. / Após a aprovação do plano pela Assembleia Municipal, a Câmara Municipal remete para publicação, na IIª Série do Diário da República, a deliberação municipal que aprova o plano, o regulamento, a planta de implantação e a planta de condicionantes. / O prazo que medeia entre a data de aprovação e a data de publicação não pode ser superior a 2 meses. / Deve ser publicitado em dois jornais diários, num seminário de grande expansão nacional e no sítio da Internet desta Câmara Municipal. / Após a publicação no Diário da República, a Câmara Municipal envia, no prazo de 15 dias, à DGOTDU para efeitos de depósito uma colecção completa das peças escritas e gráficas que constituem o conteúdo documental do plano, bem como uma cópia autenticada da deliberação da Assembleia Municipal que o aprova, o respectivo relatório ambiental, os pareceres ou actas emitidos, quando a eles houver lugar, e o relatório de ponderação dos resultados da discussão pública. / Uma vez que o Plano de Pormenor da Zona Industrial de Vale de Marelo foi sujeito a Avaliação Ambiental, após a publicação em Diário da República, a Câmara Municipal envia à Agência Portuguesa do Ambiente uma declaração contendo os elementos referidos no Artigo 10.º do D.L. n.º 232/2007 de 15 de Junho, nomeadamente: / A forma como as considerações ambientais e o relatório ambiental foram integrados no plano ou programa; / As observações apresentadas durante a consulta realizada nos termos do Artigo 7.º do D.L. n.º 232/2007 de 15 de Junho e os resultados da respectiva ponderação, devendo ser justificado o não acolhimento dessas observações; / Os resultados das consultas realizadas nos termos do Artigo 7.º do D.L. n.º 232/2007 de 15 de Junho; / As razões que fundaram a aprovação do plano à luz de outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração; / As medidas de controlo previstas em conformidade com o disposto no Artigo 11.º do mesmo diploma legal. / Esta informação é disponibilizada ao público através da página da internet desta Câmara Municipal, podendo ser igualmente disponibilizada na página da internet da Agência Portuguesa do Ambiente. / A Câmara Municipal avalia e controla os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respectiva aplicação e execução, verificando a adopção das medidas previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos, divulgando-os através de meios electrónicos e actualizados com uma periodicidade mínima anual e remetidos à Agência Portuguesa do Ambiente. / Anualmente, a Agência Portuguesa do Ambiente elabora e submete a apreciação do membro do Governo responsável pela área do ambiente um relatório contendo uma apreciação global da conformidade dos relatórios ambientais com o disposto no D.L. n.º 232/2007 de 15 de Junho e propondo as medidas que se revelem necessárias, comunicando à Comissão Europeia as medidas de melhoria adoptadas. / A Câmara Municipal remete por via electrónica à APA as informações necessárias de modo a que esta proceda ao tratamento global da informação relativa à Avaliação Ambiental e assegure o intercâmbio dessa informação com a Comissão Europeia bem como a sua disponibilização a todos os interessados. / Cumpre-nos ainda informar que como existem disposições neste Plano de Pormenor que contrariam o Plano Director Municipal, após a aprovação do Plano de Pormenor, o Plano Director deverá ser alterado tal como previsto na alínea b), do n.º 2, do Artigo 93.º, do D.L. n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção dada pelo D.L. n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, tratando-se de uma alteração por adaptação tal como estipulado na alínea a), do n.º 1, do Artigo 97.º, do mesmo diploma legal, dispondo a Câmara Municipal de um prazo 90 dias para o fazer. / De notar que a deliberação municipal que aprovar este Plano de Pormenor deve indicar expressamente as normas dos instrumentos de gestão territorial preexistentes revogadas ou alteradas, conforme o disposto no n.º 3 do Artigo 25.º do diploma legal acima referido. / Assim, para o cumprimento do n.º 3, do Artigo 25.º, do D.L. n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção dada pelo D.L. n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, refere-se que o Plano de Pormenor da Zona Industrial de Vale de Marelo altera as disposições do Artigo 40.º, da Secção IV, relativo aos Espaços Agrícolas, e altera as disposições dos Artigos 41.º e 42.º, da Secção V, relativos a Espaços Florestais, do Regulamento do Plano Director Municipal de Miranda do Corvo, procedendo também à alteração da sua Planta de Ordenamento. / No seguimento deste Plano de Pormenor devem ser atendidas as recomendações apresentadas ao nível dos factores críticos de decisão, identificados pelo Relatório Ambiental, estando este condicionado a um adequado Plano de Seguimento. compatível com as exigências do disposto no D.L. n.º 232/2007. de 15 de Junho

(conjugando as orientações metodológicas para a realização da Avaliação Ambiental Estratégica proposta pela APA, que contemple as sugestões apresentadas ou as que venham a surgir em sede de Discussão Pública). Deve-se também proceder à sua publicitação nos termos previstos no D.L. n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção dada pelo D.L. n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, e no D.L. n.º 232/2007, de 15 de Junho. / Junto se anexa modelo de aviso a publicar em Diário da República e comunicação social. / À consideração superior. / Ana Patrícia Cortês / Técnica de Planeamento Regional e Urbano (a).”.

A Senhora Presidente referiu o seguinte: “A única consideração que eu faço é a seguinte: é lamentável que no nosso país, e com os vários governos que temos tido, as questões que se prendem com o ordenamento continuem demasiado complexas e burocráticas. Isto é, quando se quer fazer a revisão de um Plano Director Municipal são anos e mais anos sem conseguirmos chegar ao fim. Acho estranho e agora aproveito para dizer o seguinte: alguns elementos da oposição, logo na altura da campanha, e apesar de terem feito parte das comissões que acompanham a revisão do PDM, critiquem a Câmara quando sabem que se há alguém a criticar são os governos e os organismos que dependem do Governo, bem como a legislação que vai surgindo, cada vez mais complexa. Por isso, na minha opinião, o que deveriam fazer era dirigirem-se ao Governo que neste caso até é do PS e apelarem para que fossem modificados esses mesmos procedimentos. Em segundo lugar, e no que toca ao plano da zona industrial, mais uma vez as minhas declarações vão apenas no sentido de criticar largamente os Governos deste país por nos falarem muitas vezes em simplex, e o que fazem é complicar nestas matérias. É inconcebível que uma câmara tenha que andar tantos anos para aprovar um Plano de Pormenor de uma Zona Industrial. Sinceramente é algo que está acima das câmaras, como sabem, com o qual as câmaras têm que viver, mas que em nada ajuda nem a dignificar o país, nem a dinamizar a nossa economia e por conseguinte só trazem prejuízos. Refiro ainda que todos sabemos que depois de o Plano de Pormenor ser feito, se quisermos proceder a uma mínima alteração, a burocracia é mais uma vez aos montes. Por exemplo, num Plano de Pormenor de um complexo, se colocarmos um coreto e se a seguir, em vez do coreto quisermos fazer outro tipo de equipamento, aqui del rei, porque as alterações são inúmeras, o dinheiro que se gasta é muito, e provavelmente, é por essas formas de actuação que o país muitas vezes surge e fica mal planeado e mal organizado. Estes instrumentos deveriam ser dinâmicos, deveriam ser fáceis. As autarquias deveriam ser entusiasmadas para avançar com este tipo de procedimento. Infelizmente são de facto demasiado complexos, burocráticos e em nada dignificam nem os nossos governos nem as autarquias uma vez que o munícipe que está lá fora, não consegue compreender porque é que processos destes demoram tanto tempo. ....

Não havendo mais intervenções foi o Ponto 7 - Plano de Pormenor de Vale de Marelo, colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. ....

A acta da reunião de Assembleia Municipal, foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.

Está conforme.

Município de Miranda do Corvo, 9 de Outubro de 2009.

O Presidente da Assembleia Municipal,

(Dr. José Manuel de Paiva Simões)

## Regulamento

## CAPÍTULO I

## Disposições gerais

### Artigo 1.º

### Âmbito territorial

O Plano de Pormenor da Zona Industrial de Vale de Marelo, adiante designado por Plano, situa-se no concelho de Miranda do Corvo, freguesia de Semide, correspondendo ao perímetro assinalado na planta de implantação com a área total de 9,38 ha.

### Artigo 2.º

### Objectivos

O Plano expressa territorialmente a estratégia de desenvolvimento local prosseguida pelo Município de Miranda do Corvo, regulando o aproveitamento do solo para uso industrial.

## Artigo 3.º

**Conteúdo documental**

1 — O Plano é constituído por:

- a) Regulamento;
- b) Planta de implantação;
- c) Planta de condicionantes.

2 — O Plano é acompanhado por:

- a) Relatório;
- b) Relatório ambiental;
- c) Operações de transformação fundiária;
- d) Programa de execução;
- e) Plano de financiamento;
- f) Extracto do Regulamento do Plano Director Municipal (PDM);
- g) Extractos das plantas de ordenamento e de condicionantes do PDM;
- h) Quadro de conteúdo técnico;
- i) Planta de enquadramento;
- j) Planta da situação existente;
- k) Planta de transformação fundiária;
- l) Planta de trabalho;
- m) Perfis;
- n) Perfis transversais;
- o) Declaração da Câmara Municipal da inexistência de compromissos urbanísticos na área do Plano;
- p) Participações recebidas em sede de discussão pública e respectivo relatório de ponderação.

## Artigo 4.º

**Definições**

Para efeitos de aplicação do presente Plano, são estabelecidas as seguintes definições:

- a) «Área bruta de construção» — valor, expresso em metros quadrados, resultante do somatório das áreas de todos os pavimentos, acima e abaixo do solo, medidas pelo extradorso das paredes exteriores, incluindo comunicações verticais (nomeadamente escadas, rampas e caixas de elevadores) e alpendres e excluindo os espaços livres de uso público cobertos pelas edificações, zonas de sótãos sem pé-direito regulamentar, terraços descobertos e estacionamento e serviços técnicos instalados nas caves dos edifícios;
- b) «Área de cedência média» — razão entre a área de cedência total e a área bruta de construção total prescritas pelo Plano;
- c) «Área de implantação» — valor, expresso em metros quadrados, do somatório das áreas resultantes da projecção no plano horizontal de todos os edifícios, incluindo anexos, mas excluindo varandas e platibandas;
- d) «Cércea» — dimensão vertical da construção, medida a partir do ponto de cota média do terreno marginal ao alinhamento da fachada até à linha superior do beirado, platibanda ou guarda do terraço, incluindo andares recuados, mas excluindo acessórios: chaminés, casa de máquinas de ascensores, depósitos de água e instalações análogas;
- e) «Cota da plataforma» — demarcação altimétrica do nível do logradouro de um lote ou parcela, decorrente da cota de acesso a partir da via pública;
- f) «Custo médio de urbanização» — razão entre o custo total das obras de urbanização e a área total dos terrenos primitivos;
- g) «Equipamentos de utilização colectiva» — edificações onde se localizam actividades destinadas à prestação de serviços de interesse público imprescindíveis à qualidade de vida das pessoas;
- h) «Espaços verdes e de utilização colectiva» — espaços livres, entendidos como espaços exteriores, enquadrados na estrutura verde urbana, que se prestam a uma utilização menos condicionada, a comportamentos espontâneos e a uma estada descontraída por parte da população utente, incluindo, nomeadamente, jardins, equipamentos desportivos a céu aberto e praças;
- i) «Índice médio de utilização» — quociente entre a soma das superfícies brutas de todos os pisos acima e abaixo do solo destinados a edificação, independentemente do uso, existentes e admitidos pelo Plano e a totalidade da área abrangida por este;
- j) «Logradouro» — área de terreno livre de um lote, ou parcela, adjacente à construção nele implantada e que, funcionalmente, se encontra conexa com ele, servindo de jardim, quintal ou pátio;
- k) «Lote» — área de terreno resultante de uma operação de loteamento, licenciada ou autorizada nos termos da legislação em vigor;
- l) «Parcela» — área de terreno, física ou juridicamente autonomizada não resultante de uma operação de loteamento;
- m) «Polígono de implantação» — linha poligonal que demarca a área na qual pode ser implantado o edifício.

## CAPÍTULO II

**Servidões e restrições de utilidade pública**

## Artigo 5.º

**Servidões administrativas e restrições de utilidade pública**

Na área do Plano serão observadas todas as servidões administrativas e restrições de utilidade pública em vigor, nomeadamente as referentes à rede rodoviária e às linhas de alta tensão, identificadas na planta de condicionantes.

## CAPÍTULO III

**Uso do solo e concepção do espaço**

## Artigo 6.º

**Parcelas para indústria**

As parcelas para indústria, identificadas na planta de implantação com os n.ºs 1 a 33, destinam-se a instalação de estabelecimentos industriais enquadradas nos tipos 2 e 3, nos termos do Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29 de Outubro, podendo ainda integrar, a título acessório, actividades comerciais ou de serviços, de acordo com o previsto na legislação em vigor para as actividades respectivas.

## Artigo 7.º

**Edificabilidade**

1 — A edificação nas parcelas para indústria obedece aos seguintes critérios:

- a) Área de implantação — a indicada no quadro de síntese da planta de implantação, sendo entendida como o limite máximo permitido;
- b) Polígono de implantação — o referenciado na planta de implantação, sendo entendido como polígono de base cujas dimensões máximas constam do correspondente quadro de síntese;
- c) Área bruta de construção — a indicada no quadro de síntese da planta de implantação, sendo entendida como o limite máximo permitido;
- d) Número de lugares de estacionamento privado — o indicado no quadro de síntese da planta de implantação, sendo entendido como o número mínimo exigido;
- e) Cotas das plataformas — as indicadas no quadro de síntese da planta de implantação;
- f) Cércea máxima — 7 m.

2 — É permitida a junção de parcelas adjacentes, caso em que se admite que a implantação edificada abranja o espaço situado entre os polígonos de implantação definidos para aquelas parcelas.

3 — É permitida a edificação, na frente com a via pública, de postos de transformação privativos e de portarias, estas com área de construção máxima de 4 m².

4 — O acesso às parcelas é sempre feito, a partir da via pública, pelos pontos indicados na planta de implantação.

5 — Os lugares de estacionamento das parcelas devem ser demarcados no logradouro, ter a dimensão mínima de 5 m × 2,5 m ou de 12 m × 3,5 m, conforme se destinem a ligeiros ou a pesados, e dispor de espaço de circulação e manobra.

6 — Em cada parcela, um dos lugares de estacionamento para veículos ligeiros destina-se a pessoas com necessidades especiais, devendo possuir uma faixa de acesso lateral com uma largura útil não inferior a 1 m e ser dotado da competente sinalização de acessibilidade.

7 — A vedação das parcelas, na frente com a via pública, é obrigatoriamente realizada com muretes ou muros opacos e horizontalizados, com altura até 1,2 m, podendo ser complementada com rede e ou sebe viva plantada no interior da parcela, de acordo com o anexo I do presente Regulamento.

## CAPÍTULO IV

**Operações de transformação fundiária**

## Artigo 8.º

**Reparcelamento**

O presente Plano de Pormenor procede ao reparcelamento da propriedade existente, daí resultando a delimitação de parcelas para uso industrial e para equipamento, bem como das vias e das áreas verdes.

## CAPÍTULO V

## Equipamentos de utilização colectiva

## Artigo 9.º

## Parcela para equipamento

A parcela identificada na planta de implantação com o n.º 34 destina-se à instalação de um equipamento de apoio às empresas e aos trabalhadores da zona industrial.

## Artigo 10.º

## Edificabilidade

- 1 — A edificação na parcela para equipamento obedece aos critérios definidos nas alíneas a) a c) e e) do n.º 1 e nos n.ºs 3 e 4 do artigo 7.º
- 2 — A cêrcea máxima é de 5 m.

## CAPÍTULO VI

## Obras de urbanização

## Artigo 11.º

## Vias

- 1 — As vias indicadas na planta de implantação destinam-se a garantir o acesso às parcelas, a circulação de veículos na zona industrial, o estacionamento público de veículos ligeiros e pesados, a circulação e estada de peões e a integração de demais infra-estruturas.
- 2 — A construção das vias indicadas deve obedecer ao traçado, cotas mestras e dimensionamento estabelecidos na planta de implantação.

## Artigo 12.º

## Outras infra-estruturas

A Zona Industrial de Vale de Marelo é obrigatoriamente dotada de sistemas públicos de abastecimento de água e combate a incêndios, de saneamento, de electrificação e iluminação pública, de telecomunicações e de distribuição de gás.

## Artigo 13.º

## Parcela para infra-estruturas

- 1 — A parcela identificada na planta de implantação com o n.º 35 destina-se à instalação de um reservatório de gás propano para serviço da Zona Industrial.
- 2 — Extinta a função da parcela n.º 35, quando da utilização de gás natural na Zona Industrial, deve aquela ser integrada na área verde adjacente.

## CAPÍTULO VII

## Áreas verdes

## Artigo 14.º

## Áreas verdes e de utilização colectiva

As áreas verdes e de utilização colectiva, identificadas na planta de implantação, devem obedecer às seguintes características:

- a) Alteração mínima da topografia existente;
- b) Presença de espécies arbóreas que se mostrem perfeitamente adaptadas ao local.

## Artigo 15.º

## Áreas verdes de protecção e enquadramento

As áreas verdes de protecção e enquadramento, identificadas na planta de implantação, destinam-se a contribuir para a protecção das zonas urbanas próximas contra a poluição, bem como ao enquadramento da estrutura urbana industrial, nelas se devendo manter ou reabilitar as manchas arbóreas existentes.

## CAPÍTULO VIII

## Execução do Plano

## Artigo 16.º

## Sistema de execução

O Plano é executado por intermédio do sistema de cooperação.

## Artigo 17.º

## Perequação compensatória

1 — A perequação compensatória assenta nos seguintes mecanismos:

- a) Estabelecimento de um índice médio de utilização;
- b) Estabelecimento de uma área de cedência média;
- c) Repartição dos custos de urbanização.

2 — As compensações a pagar ou a receber pelos proprietários são determinadas pela fórmula:

$$C = V_{mt} \times \frac{(A_{bc} - A_t \times I_{mu}) + (A_{bc} \times A_{cm} - A)}{I_{mu}} + C_{mu} \times A_t$$

em que:

$C$  — compensação a pagar (se positivo) ou a receber (se negativo) por um proprietário;

$V_{mt}$  — valor médio do terreno não infra-estruturado (por metro quadrado);

$A_{bc}$  — área bruta de construção que o Plano atribui a um lote ou parcela;

$A_t$  — área do terreno primitivo;

$I_{mu}$  — índice médio de utilização;

$A_{cm}$  — área de cedência média;

$A$  — área de cedência que o Plano atribui a um terreno;

$C_{mu}$  — custo médio de urbanização (por metro quadrado de terreno não infra-estruturado).

## CAPÍTULO IX

## Disposições finais

## Artigo 18.º

## Entrada em vigor

O presente Plano entra em vigor no dia subsequente à sua publicação no *Diário da República*.

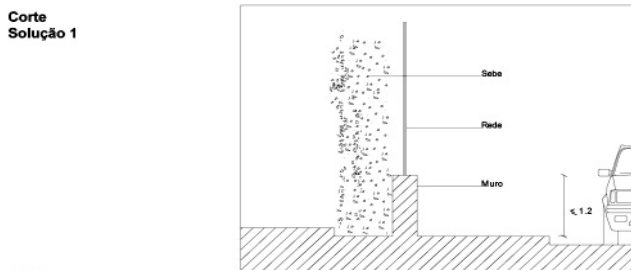
## ANEXO I

## Vedação das parcelas

Alçado Exterior



Corte Solução 1



Corte Solução 2

